

Adami S/A. -
Madeiras

**Informações contábeis
intermediárias em
30 de junho de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da

Adami S/A. - Madeiras

Caçador – SC

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Adami S/A. - Madeiras (“Companhia”) em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

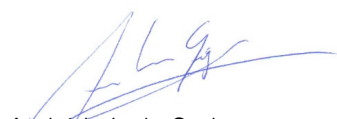
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta nos balanços patrimoniais em 30 de junho de 2021, na rubrica de ativo biológico, representado por florestas de pinus, o montante de R\$ 331.080 mil. Como resultado dos nossos trabalhos identificamos que a Companhia não reconheceu a baixa dos ativos biológicos pelo seus valores justos, adicionalmente não mensurou os ativos biológicos remanescentes em 30 de junho de 2021 aos seus valores justos conforme requerido pelo CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola. Se a Companhia tivesse reconhecido o valor justos dos ativos biológicos, a rubrica do ativo biológico e impostos diferidos no balanços patrimoniais individuais e consolidados, bem como certos elementos das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas em 30 de junho de 2021, poderiam ter sido afetados de forma relevante. Não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2021.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2021, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Joinville, 13 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

Adami S/A. - Madeiras

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020			30/06/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	65.856	67.749	72.902	74.793	Fornecedores		114.850	72.608	115.586	73.558
Aplicações financeiras	6	46.394	103.585	47.406	104.585	Empréstimos e financiamentos	17	179.486	149.843	184.219	153.264
Contas a receber de clientes	7	221.754	132.347	221.754	132.347	Debêntures	18	35.741	35.742	35.741	35.742
Estoques	8	143.621	79.952	143.826	80.153	Salários e encargos sociais		21.242	17.967	21.242	17.967
Impostos a recuperar	9	29.354	10.654	29.354	10.654	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		8.962	4.222	8.962	4.222
IRPJ e CSLL à recuperar	10	36.922	34.830	36.922	34.830	Adiantamento de clientes	20	2.267	2.155	2.267	2.155
Ativos biológicos	11	61.925	61.925	61.925	61.925	Impostos e contribuições à recolher		20.642	2.989	20.814	3.148
Outras contas a receber		20.437	16.344	21.496	17.440	Instrumentos financeiros derivativos	28c	1.420	6.104	1.420	6.104
Instrumentos financeiros derivativos	28c	1.077	1.902	1.077	1.902	Arrendamento mercantil	21	15.086	13.091	15.086	13.091
						Outras contas a pagar		25.124	21.767	25.124	21.771
		627.340	509.288	636.662	518.629			424.820	326.488	430.461	331.022
Não circulante						Não circulante					
Impostos a recuperar	9	105.304	105.127	105.304	105.127	Empréstimos e financiamentos	17	305.369	339.478	342.311	379.091
IRPJ e CSLL à recuperar	10	11.177	10.728	11.177	10.728	Debêntures	18	35.294	52.941	35.294	52.941
Depósitos judiciais	12	5.769	6.218	5.769	6.218	Impostos e contribuições à recolher		1.161	1.514	1.161	1.514
Dividendos a receber	14	2.870	3.974	2.500	3.605	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	127.478	119.341	127.478	119.341
Fundo de investimentos em direitos creditórios	27	9.141	8.906	9.141	8.906	Provisão para contingências	12	13.762	14.597	13.762	14.597
Instrumentos financeiros derivativos	28c	581	750	581	750	Instrumentos financeiros derivativos	28c	764	1.011	764	1.011
Mtuos com partes relacionadas	19.b	3.274	3.180	3.274	3.180	Arrendamento mercantil	21	42.432	44.768	42.432	44.768
Contas reserva BNDES		-	-	1.404	1.387	Outras contas a pagar		25.196	25.438	25.196	25.438
Investimentos	14	71.785	71.690	54.920	55.824			551.456	599.088	588.398	638.701
Ativos biológicos	11	269.155	270.405	269.155	270.405	Patrimônio líquido	22				
Ativo de direito de uso	16	58.669	58.456	58.669	58.456	Capital social		165.000	165.000	165.000	165.000
Imobilizado	15	470.640	475.585	519.732	525.239	Ajustes de avaliação patrimonial		158.109	136.443	158.109	136.443
						Reservas de lucros		336.320	297.288	336.320	297.288
		1.008.365	1.015.019	1.041.626	1.049.825			659.429	598.731	659.429	598.731
Total do ativo		1.635.705	1.524.307	1.678.288	1.568.454	Total do passivo e patrimônio líquido		1.635.705	1.524.307	1.678.288	1.568.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações de resultados

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	23	607.588	423.302	612.907	427.868
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(386.570)</u>	<u>(290.872)</u>	<u>(387.559)</u>	<u>(291.468)</u>
Lucro bruto		221.018	132.430	225.348	136.400
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas	24	(73.651)	(54.433)	(73.651)	(54.433)
Administrativas	24	(32.417)	(26.495)	(33.785)	(27.716)
Outras receitas e despesas		<u>2.061</u>	<u>865</u>	<u>2.061</u>	<u>865</u>
Lucro antes do resultado financeiro		117.011	52.367	119.973	55.116
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	53.881	26.614	53.990	26.654
Despesas financeiras	25	<u>(81.180)</u>	<u>(110.623)</u>	<u>(83.057)</u>	<u>(112.209)</u>
Resultado financeiro líquido		(27.299)	(84.009)	(29.067)	(85.555)
Resultado da equivalência patrimonial	14	8.820	10.811	7.821	9.761
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		98.532	(20.831)	98.727	(20.678)
Imposto de renda e contribuição social	13.b	(20.557)	-	(20.752)	(153)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	<u>(4.785)</u>	<u>8.533</u>	<u>(4.785)</u>	<u>8.533</u>
Resultado do exercício		<u>73.190</u>	<u>(12.298)</u>	<u>73.190</u>	<u>(12.298)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Retenção	Lucros a realizar	Custo atribuído	Hedge accounting		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		104.909	19.974	144.031	130.011	162.789	(3.997)	-	557.717
Distribuição dividendos	22.b	-	-	(4.150)	-	-	-	-	(4.150)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(186)	-	186	-
Hedge accounting líquido de tributos	27.b	-	-	-	-	-	(34.623)	-	(34.623)
Juros sobre o capital próprio	22.c	-	-	-	-	-	-	(5.600)	(5.600)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	(12.298)	(12.298)
Saldos em 30 de junho de 2020		104.909	19.974	139.881	130.011	162.603	(38.620)	(17.712)	501.046
Saldos em 31 de dezembro de 2020		165.000	2.808	128.865	165.615	158.294	(21.851)	-	598.731
Distribuição dividendos	22.b	-	-	(12.600)	-	-	-	-	(12.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(185)	-	185	-
Hedge accounting líquido de tributos	27.b	-	-	-	-	-	6.508	-	6.508
Juros sobre o capital próprio	22.c	-	-	-	-	-	-	(6.400)	(6.400)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	73.190	73.190
Saldos em 30 de junho de 2021		165.000	2.808	116.265	165.615	158.109	(15.343)	66.975	659.429

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Resultado do exercício		73.190	(12.298)	73.190	(12.298)
Hedge accounting líquido dos tributos	27.b	9.859	52.460	9.859	52.460
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(3.351)</u>	<u>(17.837)</u>	<u>(3.351)</u>	<u>(17.837)</u>
Resultado abrangente do exercício		<u>79.698</u>	<u>22.325</u>	<u>79.698</u>	<u>22.325</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		73.190	(12.298)	73.190	(12.298)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado instrumentos financeiros derivativos					
Depreciação e amortização	24	14.170	12.479	14.878	13.187
Exaustão	11	5.234	5.902	5.234	5.902
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências		2.288	(2.358)	2.288	(2.358)
Impostos diferidos		4.785	(8.533)	4.785	(8.533)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados		15.882	91.884	18.783	91.793
Resultado na venda de ativos imobilizados		(894)	(929)	(894)	(929)
Equivalência patrimonial	14	(8.820)	(10.811)	(8.820)	(9.761)
		105.835	75.336	109.444	77.003
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(89.407)	(40.113)	(89.407)	(40.113)
Estoques		(63.669)	(12.340)	(63.673)	(12.471)
Impostos a recuperar		(21.418)	2.946	(21.418)	2.946
Outras contas a receber		(1.875)	1.277	(1.886)	148
Fornecedores		42.242	(8.445)	42.028	(8.774)
Impostos e contribuições a recolher		17.300	(2.468)	17.313	(2.410)
Outras contas a pagar		13.804	9.611	13.800	9.602
Aplicações financeiras		57.191	15.853	57.163	15.853
Recebimento de dividendos		10.000	5.550	10.000	5.550
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		70.003	47.207	73.364	47.334
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado	15	(6.710)	(23.226)	(6.857)	(24.431)
Adições de ativos biológicos	11	(3.984)	(4.705)	(3.984)	(4.705)
Aquisições de investimentos	14	-	(20.421)	-	(20.421)
Recebimento de mútuo de coligadas		-	500	-	500
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado		1.014	1.134	1.014	1.134
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(9.680)	(46.718)	(9.827)	(47.923)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(14.300)	(8.850)	(14.300)	(8.850)
Empréstimos tomados	17	64.237	141.800	64.237	141.800
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	17	(77.651)	(125.901)	(80.863)	(126.264)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27.c	2.799	29	2.799	29
Liquidação de derivativos	27.c	(9.203)	-	(9.203)	-
Debêntures emitidas	18	-	-	-	-
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	18	(20.216)	(22.243)	(20.216)	(22.243)
Pagamentos de arrendamento mercantil (principal e juros)	21	(7.882)	(4.951)	(7.882)	(4.951)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(62.216)	(20.116)	(65.428)	(20.479)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.893)</u>	<u>(19.627)</u>	<u>(1.891)</u>	<u>(21.068)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		67.749	125.972	74.793	128.363
No fim do exercício		65.856	106.345	72.902	107.295
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.893)</u>	<u>(19.627)</u>	<u>(1.891)</u>	<u>(21.068)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Com a decretação de lockdown pelos governos estaduais nos meses de março e abril de 2020, houve impacto no consumo e consequentemente na receita da companhia. A aprovação do auxílio emergencial pelo Governo Federal trouxe estímulo ao consumo, e o mercado de embalagens foi impactado positivamente. As receitas que não ocorreram em março e abril, foram recuperadas nos demais meses do ano, as exportações foram prejudicadas pelo fechamento dos portos internacionais, e pela falta de containers para exportação, entretanto a taxa de dólar favoreceu a Companhia.

A demanda ocorrida no período, ocasionou escassez de matéria-prima, e consequentemente aumento dos preços, os quais foram repassados aos clientes para manter o equilíbrio do fornecimento. Para suprir a demanda de aparas, principal item na fabricação do papel reciclado para embalagens de papelão, a Companhia optou por realizar a importação dos Estados Unidos, normalizando seu abastecimento.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis intermediárias apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 13 de agosto de 2021.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na nota explicativa 11 - Ativos biológicos e nota explicativa 15 - Imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. conforme nota explicativa 14.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos

variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

b. *Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

c. *Instrumentos financeiros*

(iv) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(v) ***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de sua controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(vi) ***Desreconhecimento***

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vii) ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(viii) ***Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge***

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do “*Hedge Accounting*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de “*Hedge Accounting*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento

d. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por <i>leasing</i>	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é

transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(iv) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(v) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(vi) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

I. Receita operacional de venda de bens

A receita é mensurada pela Companhia com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos das operações com derivativos;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as

reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mutuos com partes relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

c. Ativos biológicos

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	22.150	11.621	22.572	12.391
Aplicações financeiras	43.706	56.128	50.330	62.402
	65.856	67.749	72.902	74.793

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI entre 80% e 120% (80% e 110% em 2020), são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Aplicações financeiras - controladora e consolidado

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Certificado de Depósito Bancários	28.025	51.236	29.037	52.236
Fundo de investimento	13.067	42.192	13.067	42.192
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	9.044	-	9.044
Ações	-	1.113	-	1.113
Certificado de Operações Estruturadas	5.302	-	5.302	-
	46.394	103.585	47.406	104.585

7 Contas a receber de clientes

	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
No País	278.574	178.521
No Exterior	15.460	18.183
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.289)	(5.766)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 26)	(65.991)	(58.591)
	221.754	132.347

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	216.093	124.673
Vencidos há 30 dias	6.539	7.517
Vencidos de 31 a 60 dias	52	81
Vencidos de 61 a 90 dias	203	9
Vencidos de 91 a 180 dias	668	604
Vencidos há mais de 180 dias	4.488	5.229
	228.043	138.113
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.289)	(5.766)
	221.754	132.347

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na demonstração de resultado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial no início do exercício	5.766	4.097
Adições	523	3.770
Baixas	-	(2.101)
	6.289	(2.101)
Saldo no final do exercício	6.289	5.766

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na demonstração de resultado.

Garantias

Em 30 de junho de 2021 a Companhia e sua controlada possuem o valor de R\$ 40.233 de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

8 Estoques

	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
Matérias-primas e materiais auxiliares	79.382	25.080
Almoxarifado	35.338	32.487
Produtos acabados-madeira	16.287	11.441
Produtos acabados-embalagem	2.992	2.746
Produtos em elaboração	1.637	833
Outros	8.190	7.566
	143.826	80.153

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o primeiro semestre do ano de 2021, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

9 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
ICMS à recuperar	14.105	7.982
IPI à recuperar	16.752	6.072
PIS e COFINS à recuperar (a)	102.327	100.248
Outros impostos à recuperar	1.474	1.479
	134.658	115.781
Circulante	29.354	10.654
Não Circulante	105.304	105.127

- (a) O saldo de PIS e COFINS à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019, e o crédito foi apurado utilizando o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, no período de abril de 2002 à janeiro de 2019, e foi atualizado pela Selic até junho de 2021 . Este valor está classificado no longo prazo pois a Companhia efetuará a compensação dos créditos somente após compensar a totalidade dos créditos da nota explicativa 10. E expectativa de compensação será da seguinte forma:

	Controladora e consolidado
2022	30.573
2023	32.488
2024	34.605
Após 2024	4.661
	102.327

10 IRPJ e CSLL à recuperar

	Controladora e consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	48.099	45.558
Circulante	36.922	34.830
Não circulante	11.177	10.728

- (a) O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 18 de fevereiro de 2016, onde a Companhia solicitou a Exclusão do Pis, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS, do período de março de 2011 à julho de 2017. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 06 de agosto de 2019. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados no SPED Fiscal e atualizados pela Selic de abril de 2011 a dezembro de 2020. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até dezembro de 2022.

	Controladora e consolidado
2021	36.922
2022	11.177
	48.099

11 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio

Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;

- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Controladora e consolidado

Premissa	Em 2020	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área plantada (hectare)	17.948	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto - %	7,97%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço médio líquido de venda (m ³ - em reais)	R\$ 64,50	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual m ³ /há – IMA	18,75	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

b. As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo

Saldo em 31 de dezembro de 2019	281.276
Novas plantações	10.062
Aquisições	-
(-) Exaustão (i)	(51.245)
Ajuste ao valor justo (ii)	<u>92.237</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>332.330</u>
Novas plantações	3.984
(-) Exaustão (i)	<u>(5.234)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u><u>331.080</u></u>
Circulante	61.925
Não circulante	269.155

- (i) Do valor total exaurido em 2021, o montante de R\$ 5.234 (R\$ 40.048 em 31 de dezembro de 2020), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$... (R\$ 26.432 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (ii) Os valores de ajuste ao valor justo em 2020, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R\$ 62.036, foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido de 2020.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores para os próximos 12 meses.

c. Ativos biológicos cedidos em garantia

Em 30 de junho de 2021, as florestas no valor de R\$ 137.825 (R\$ 137.825 em 2020) estão vinculadas ao penhor agrícola registrada para garantir os empréstimos bancários.

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais		
Tributários	5.443	5.443
Trabalhista	198	675
Cíveis	<u>128</u>	<u>100</u>
	<u>5.769</u>	<u>6.218</u>
Provisão para contingências		
Trabalhista	1.362	2.197
Tributária	<u>12.400</u>	<u>12.400</u>
	<u>13.762</u>	<u>14.597</u>

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

Contingências possíveis

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões cíveis, tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R\$ 14.947, cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

13 Impostos de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	463	747
Provisão para comissões	1.492	1.099
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 15)	3.354	3.354
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	2.264	8.862
Base de cálculo negativa contribuição social lucro líquido	815	3.190
Hedge accounting	7.904	11.257
Outras provisões temporárias	23.757	19.068
	40.049	47.577
Passivo não circulante		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(72.580)	(72.580)
Ativo biológico (nota explicativa 11)	(82.021)	(82.021)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(8.826)	(8.921)
Outras receitas temporárias	(4.100)	(3.396)
	(167.527)	(166.918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(127.478)	(119.341)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado - controladora

	30/06/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos	98.532	74.570
Alíquota básica	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(33.501)	(25.353)
(Adições) e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	2.176	4.357
Equivalência patrimonial	(2.999)	(5.689)
Outras (adições) exclusões	<u>8.982</u>	<u>8.277</u>
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>(25.342)</u>	<u>(18.408)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.785)	(2.980)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(20.557)	(15.428)
Alíquota efetiva	(25)%	(24)%

14 Investimentos

	Passos Maia Energética S.A (a)	Chapecozinho Energética S.A (b)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)	Outros	Total em 30/06/2021	Total em 31/12/2020
Valores das investidas	47.014	16.865	6.182	1.724	71.785	48.305
Patrimônio líquido	94.027	16.865	12.538	5	123.435	83.893
Resultado do exercício	14.391	999	-	-	15.390	15.702
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%	-	-	-
Movimentação dos investimentos						
Saldos dos investimentos no início do exercício	48.714	15.865	5.388	1.723	71.690	49.034
Dividendos creditados/recebidos	(6.395)	-	-	-	(6.395)	(9.524)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	711
Redução de capital	(2.500)	-	-	-	(2.500)	(6.000)
Integralização	-	-	168	-	168	20.041
Aquisições	-	-	-	-	-	695
Outras movimentações	-	-	-	2	2	0
Resultado de equivalência patrimonial	7.195	999	626	-	8.820	16.733
Saldos dos investimentos no fim do exercício	<u>47.014</u>	<u>16.864</u>	<u>6.182</u>	<u>1.725</u>	<u>71.785</u>	<u>71.690</u>

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu como empreendimento controlado em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R\$ 45 milhões, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de autorização de 35 anos.
- (c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

15 Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.629	146.332	463.695	3.475	7.236	6.242	4.427	22.481	2.413	834.930
Adições	-	324	3.058	234	266	849	1.317	21.629	5.483	33.160
Baixas	(9)	(74)	(865)	(32)	(613)	(251)	(73)	(545)	-	(2.462)
Transferências	-	11.817	12.239	35	239	41	547	(18.958)	(5.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>178.620</u>	<u>158.399</u>	<u>478.127</u>	<u>3.712</u>	<u>7.128</u>	<u>6.881</u>	<u>6.218</u>	<u>24.607</u>	<u>1.936</u>	<u>865.628</u>
Adições	-	5	717	157	80	137	654	3.984	977	6.711
Baixas	-	-	(1.141)	(20)	(247)	(76)	(18)	(163)	-	(1.665)
Transferência	-	7.474	1.957	22	-	-	67	(8.933)	(587)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>178.620</u>	<u>165.878</u>	<u>479.660</u>	<u>3.871</u>	<u>6.961</u>	<u>6.942</u>	<u>6.921</u>	<u>19.495</u>	<u>2.326</u>	<u>870.674</u>
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	41.576	309.270	2.535	5.270	3.787	708	-	-	363.146
Depreciação no exercício	-	4.264	22.365	200	678	799	146	-	-	28.452
Baixa	-	(44)	(827)	(24)	(416)	(244)	-	-	-	(1.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>45.796</u>	<u>330.808</u>	<u>2.711</u>	<u>5.532</u>	<u>4.342</u>	<u>854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>390.043</u>
Depreciação no exercício	-	1.942	8.506	103	285	421	91	-	-	11.348
Baixa	-	-	(1.071)	(16)	(197)	(73)	-	-	-	(1.357)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>-</u>	<u>47.738</u>	<u>338.243</u>	<u>2.798</u>	<u>5.620</u>	<u>4.690</u>	<u>945</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>400.034</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	178.620	112.603	147.319	1.001	1.596	2.539	5.364	24.607	1.936	475.585
Saldos líquidos em 30 de junho de 2021	178.620	118.140	141.417	1.073	1.341	2.252	5.976	19.495	2.326	470.640

Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.629	146.332	465.480	3.477	7.236	6.242	8.385	67.164	2.413	885.358
Adições	-	324	3.059	234	266	849	1.317	22.337	6.393	34.779
Baixas	(9)	(74)	(865)	(32)	(613)	(251)	(73)	(545)	-	(2.462)
Transferências	-	11.817	12.239	35	239	41	547	(18.330)	(6.588)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>178.620</u>	<u>158.399</u>	<u>479.913</u>	<u>3.714</u>	<u>7.128</u>	<u>6.881</u>	<u>10.176</u>	<u>70.626</u>	<u>2.218</u>	<u>917.675</u>
Adições	-	5	717	157	80	137	654	4.122	985	6.857
Baixas	-	-	(1.141)	(20)	(247)	(76)	(18)	(163)	-	(1.665)
Transferência	-	7.474	1.957	22	-	-	67	(8.643)	(877)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>178.620</u>	<u>165.878</u>	<u>481.446</u>	<u>3.873</u>	<u>6.961</u>	<u>6.942</u>	<u>10.879</u>	<u>65.942</u>	<u>2.326</u>	<u>922.867</u>
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	41.576	310.247	2.535	5.270	3.787	708	-	-	364.123
Depreciação no exercício	-	4.264	23.781	200	678	799	146	-	-	29.868
Baixa	-	(44)	(827)	(24)	(416)	(244)	-	-	-	(1.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>45.796</u>	<u>333.201</u>	<u>2.711</u>	<u>5.532</u>	<u>4.342</u>	<u>854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.436</u>
Depreciação no exercício	-	1.942	9.214	103	285	421	91	-	-	12.056
Baixa	-	-	(1.071)	(16)	(197)	(73)	-	-	-	(1.357)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>-</u>	<u>47.738</u>	<u>341.344</u>	<u>2.798</u>	<u>5.620</u>	<u>4.690</u>	<u>945</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>403.135</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	178.620	112.603	146.712	1.003	1.596	2.539	9.322	70.626	2.218	525.239
Saldos líquidos em 30 de junho de 2021	178.620	118.140	140.102	1.075	1.341	2.252	9.934	65.942	2.326	519.732

Garantias

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020 propriedades no valor de R\$ 122.031 estão vinculadas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 30 de junho de 2021, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*). Atualmente a Companhia tem o valor de R\$ 9.864 de provisão de *impairment*, reconhecida em exercícios anteriores.

A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

16 Ativos de direito de uso

Composição e movimentação

Controladora e consolidado			
Ativo direito de uso	Ativos adquiridos p/leasing	Arrendamento de terras	Total
Custo			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020 (nota explic. 3.h)	62.689	19.292	81.981
Adições	3.825	-	3.825
Baixas	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2021	66.514	19.292	85.806
Depreciação			
	Ativos adquiridos p/leasing	Arrendamento de terras	Total
Depreciação			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020 (nota explic. 3.h)	(19.553)	(3.972)	(23.525)
Depreciação no período	(2.588)	(1.024)	(3.612)
Baixas	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2021	(22.141)	(4.996)	(27.137)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2020	43.136	15.320	58.456
Em 30 de junho de 2021	44.373	14.296	58.669

Os ativos de direito de uso referem-se a terras para cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem o prazo médio de 18 anos, e máquinas e equipamentos para uso na operação com vida útil entre 3 e 5 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de impairment dos contratos vigentes, e para o exercício findo em 30 de junho de 2021, não foi identificado a necessidade de constituir a provisão de impairment para os contratos vigentes.

17 Empréstimos e financiamentos

Controladora			
	Encargos em 30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020
Moeda nacional:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP	20.091	24.056
Capital de giro	De 2,2708% a 4,75% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 0,19% a.m + CDI	<u>319.672</u>	<u>278.848</u>
Total moeda nacional		<u>339.763</u>	<u>302.904</u>
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6, % a 6,15% a.a.	3.851	5.820
Capital de giro	De 5,3% a 7,5% a.a. ou De 2,4% a 5,5% a.a. + Libor	84.093	105.508
Pré-pagamento de exportação	6% a.a + Libor	<u>57.148</u>	<u>75.089</u>
Total moeda estrangeira		<u>145.092</u>	<u>186.417</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>484.855</u>	<u>489.321</u>
Circulante		179.486	149.843
Não circulante		305.369	339.478

Consolidado

	Encargos em 30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020
Moeda nacional:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP De 2,2708% a 4,75% a.a. + CDI ou 4,5%	51.761	57.084
Capital de giro	a.a. + TLP ou 0,19% a.m + CDI	<u>329.677</u>	<u>288.854</u>
Total em moeda nacional		<u>381.438</u>	<u>345.938</u>
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6, % a 6,15% a.a. De 5,3% a 7,5% a.a. ou De 2,4% a 5,5%	3.851	5.820
Capital de giro	a.a. + Libor	84.093	105.508
Pré-pagamento de exportação	6% a.a + Libor	<u>57.148</u>	<u>75.089</u>
Total em moeda estrangeira		<u>145.092</u>	<u>186.417</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>526.530</u>	<u>532.355</u>
Circulante		184.219	153.264
Não circulante		342.311	379.091

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 30 de junho de 2021, as parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2022	81.909	84.558
2023	122.101	127.397
2024	80.342	85.638
Após 2024	<u>21.017</u>	<u>44.718</u>
	<u>305.369</u>	<u>342.311</u>

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “debt covenants”, apurados com base nas demonstrações financeiras anuais, os quais foram integralmente atingidos em 2020.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Controladora							
Descrição	Alterações caixa			Alterações não caixa			Saldo da dívida em 30/06/21
	Saldo em 31/12/20	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	
Empréstimos e financiamentos	489.321	64.237	(53.031)	(24.620)	13.685	(4.737)	484.855

Consolidado							
Descrição	Alterações caixa			Alterações não caixa			Saldo da dívida em 30/06/21
	Saldo em 31/12/20	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	
Empréstimos e financiamentos	532.355	64.237	(54.433)	(26.430)	15.538	(4.737)	526.530

18 Debêntures

Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R\$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características, (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (ii) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023

- **Montante:** até R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados com base nas demonstrações financeiras anuais. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2020.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalente ao montante de R\$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 150.000.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado						
Descrição	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/20	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Saldo da dívida em 30/06/21
2ª emissão	88.683	-	(17.647)	(2.569)	2.568	71.035

19 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 4.556 (R\$ 4.274 em 30 de junho de 2020).

b. Transações e saldos

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possui R\$ 3.274 (R\$ 3.180 em dezembro de 2020) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

20 Adiantamento de clientes

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possui R\$ 2.267 (R\$ 2.155 em dezembro 2020) de adiantamento de clientes decorrente de negociações realizadas no curso normal de suas operações. Os montantes foram recebidos em Reais e não estão sujeitos a atualização.

21 Arrendamentos Mercantil

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possuía 44 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data. O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa. Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,840%.

(a) Movimentação de passivo de arrendamento

Controladora e consolidado

	Arrendamento de terras	Arrendamento mercantil	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa 3.h)	17.143	29.222	46.365
Adições	1.292	14.866	16.158
Juros apropriados	2.465	2.110	4.575
Pagamento de principal e juros	(3.409)	(7.882)	(11.291)
Variação cambial	-	2.052	2.052
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.491	40.368	57.859
Adições	-	3.825	3.825
Juros apropriados	2.809	1.108	3.917
Pagamentos de principal e juros	(2.023)	(5.826)	(7.849)
Variação cambial e outros	-	(234)	(234)
Saldo em 30 de junho de 2021	18.277	39.241	57.518

(b) Estimativas de realização

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2021	8.089	(396)	7.693
2022	13.371	(792)	12.579
2023	10.407	(792)	9.615
2024	9.280	(792)	8.488
Após 2024	23.974	(4.831)	19.143
Saldo em 30 de junho de 2020	65.121	(7.603)	57.518

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal divididos entre os acionistas da seguinte forma:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marília Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	100,00

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Retenção

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2021, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.440, líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 960, o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas informações contábeis intermediárias, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

(i) Custo Atribuído

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

(ii) Hedge

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 27.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

23 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Venda de produtos e serviços	724.972	494.739
Dedução de vendas	<u>(117.384)</u>	<u>(71.437)</u>
Receita operacional líquida	<u>607.588</u>	<u>423.302</u>

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas, pellets, e toras de pinus os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia até a data de 30 de junho de 2021 foi de R\$ 5.520.

24 Despesas por natureza - controladora

	Controladora	
	30/06/2021	30/06/2020
Matéria prima e materiais de uso e consumo	245.929	174.402
Despesas com pessoal	67.041	69.012
Despesas com frete	41.917	28.980
Depreciações e amortizações	13.817	12.479
Exaustão	5.234	5.902
Suprimentos Industriais	17.548	15.129
Manutenção	15.841	12.247
Energia Elétrica	16.292	13.667
Despesas com comissões	9.071	6.149
Benefícios a empregados	6.705	5.713
Outras receitas e despesas	53.243	28.090
	492.638	371.800
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	386.570	290.872
Vendas	73.651	54.433
Administrativas	32.417	26.495
	492.638	371.800

25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora	
	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras		
Variações cambiais ativas	49.572	23.764
Juros de aplicações financeira	2.514	1.707
Ganhos com derivativos (nota explicativa 27.c)	15	-
Outras receitas financeiras	1.780	1.143
	53.881	26.614
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(54.893)	(49.925)
Juros	(20.754)	(23.191)
Variações monetárias passivas	-	-
Perdas com derivativos (nota explicativa 27.c)	(2.467)	(34.576)
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 21)	(2.809)	(1.522)
Outras despesas financeiras	(257)	(1.409)
	(81.180)	(110.623)
Resultado financeiro líquido	(27.299)	(84.009)

26 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional

indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 30 de junho de 2021 está assim representada:

Quotas	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Cotas sênior	57.035	83%	58.016	83%
Cotas subordinadas mezanino	8.933	13%	9.087	13%
Cotas subordinadas júnior	<u>2.749</u>	4%	<u>2.796</u>	4%
	<u><u>68.717</u></u>		<u><u>69.899</u></u>	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário.

Em 30 de junho de 2021, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

Ativo	30/06/2021	Passivo	30/06/2021
Equivalentes de caixa	13	Contas a pagar	145
Aplicações financeiras	1.392	Patrimônio líquido	<u>68.572</u>
Contas a receber	66.826		
Outros	<u>486</u>		
	<u><u>68.717</u></u>		<u><u>68.717</u></u>

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do fundo com o objetivo analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e considera que de acordo com o regulamento do fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e entre os principais critérios considerados está a participação de 3% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam às cotas seniores e às cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada

não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

a. Instrumentos financeiros – valor justo

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2021 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo				
VJR				
Caixa e equivalentes de caixa	65.856	106.998	72.902	114.042
Aplicações financeiras	46.394	64.336	47.406	65.336
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	1.658	2.652	1.658	2.652
	113.908	173.986	121.966	182.030
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	221.754	132.347	221.754	132.347
Depósitos judiciais	5.769	6.218	5.769	6.218
Fundo de investimentos em direitos creditórios	9.141	8.906	9.141	8.906
Dividendos a receber	2.870	3.974	2.500	3.605
	239.534	151.445	239.164	151.076
Passivo				
Custo amortizado				
Fornecedores	(114.850)	(72.608)	(115.586)	(73.558)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(555.890)	(578.004)	(597.565)	(621.038)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(8.962)	(4.222)	(8.962)	(4.222)
Passivo de arrendamento	(57.518)	(57.859)	(57.518)	(57.859)
	(737.220)	(712.693)	(779.631)	(756.677)
VJR				
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(2.184)	(7.115)	(2.184)	(7.115)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito:

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2020 foram efetuadas vendas para mais de 1.200 mil clientes individuais e o maior cliente representou 18% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 65.856 em 30 de junho de 2021 (R\$ 67.749 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada na nota explicativa 17 .

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

- **Hedge Accounting de fluxo de caixa**

Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (objeto de hedge) totalizam USD 28.434 (valor nominal) em 30 de junho de 2020 (USD 34.588 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia designou como instrumento de Hedge as receitas projetadas, as quais estão baseadas em contratos fechados em dólar com seus clientes.

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante negativo de R\$ 6.508 no período (líquido dos efeitos tributários). Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o II em objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 60% a 70% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2021	
	Moeda estrangeira (US\$ mil)	R\$
Ativo		
Contas a receber	3.091	15.460
Passivo		
Fornecedores	(3.046)	(15.237)
Empréstimos	(29.216)	(145.092)
Arrendamentos mercantis	(645)	(3.798)
Contratos de Swap	437	2.184
Hedge Accounting	28.434	142.233
Exposição líquida	(945)	(4.250)

Análise de sensibilidade de variação cambial:

Operação	Risco	30 de junho de 2021	Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
			Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$			
Disponível em outra moeda	Aumento da taxa cambial	13.606	3,82	(161)	2,55	(335)	5,09	12	6,36	185	7,64	358
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	14.198	3,82	(168)	2,55	(349)	5,09	12	6,36	193	7,64	374
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(15.237)	3,82	181	2,55	374	5,09	(13)	6,36	(207)	7,64	(401)
Instrumentos financeiros	Aumento da taxa cambial	(526)	3,82	6	2,55	13	5,09	-	6,36	(7)	7,64	(14)
Arrendamento mercantil	Aumento da taxa cambial	(3.798)	3,82	45	2,55	93	5,09	(3)	6,36	(52)	7,64	(100)
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(145.092)	3,82	1.719	2,55	3.565	5,09	(127)	6,36	(1.974)	7,64	(3.820)
		<u>136.849</u>		<u>1.622</u>		<u>3.361</u>		<u>(119)</u>		<u>(1.862)</u>		<u>(3.603)</u>

Análise de sensibilidade de variações de indexadores:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2021, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

Operação	Risco	30 de junho de 2021	Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
			Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	86.215	5,18	884	3,45	(604)	6,90	2.371	8,63	3.858	10,35	5.345
Empréstimos	Aumento do CDI	(326.353)	5,18	(3.345)	3,45	2.284	6,90	(8.975)	8,63	(14.604)	10,35	(20.234)
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(28.469)	5,18	(292)	3,45	199	6,90	(783)	8,63	(1.274)	10,35	(1.765)
Debêntures	Aumento do CDI	(71.035)	5,18	(728)	3,45	497	6,90	(1.953)	8,63	(3.179)	10,35	(4.404)
		<u>(339.642)</u>		<u>(3.481)</u>		<u>2.376</u>		<u>(9.340)</u>		<u>(15.199)</u>		<u>(21.058)</u>
Aplicações Financeiras	Aumento do IPCA	10.997	4,92	(377)	3,28	(558)	6,56	(197)	8,20	(16)	9,84	164
Empréstimos	Aumento do TJLP	(30.578)	2,24	816	1,5	1.044	2,99	587	3,74	359	4,49	130
Empréstimos	Aumento do TLP	(23.471)	7,16	952	4,78	1.513	9,55	392	11,94	(168)	14,33	(729)
Empréstimos	Aumento da libor	(113.870)	0,43	113	0,29	276	0,57	(49)	0,71	(212)	0,86	(374)

- **Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2021.

- c. **Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R\$ 2.467 até junho de 2021 (perda de R\$ 34.576 em 2020) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 25), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 25)	9.662	26.632
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 25)	(12.129)	(61.208)
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	(2.467)	(34.576)

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal (“notional”) de R\$ 84.092 (USD 17.006), que apresentaram a marcação ao valor justo de R\$ (526). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante	1.658	2.652	1.658	2.652
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	(2.184)	(7.115)	(2.184)	(7.115)